



Intervenção de Sua Excelência o Primeiro-Ministro na 79.^a Assembleia Geral das Nações Unidas

Nova Iorque, 26 de setembro de 2024

*Senhor Presidente [da Assembleia-Geral],
Senhor Secretário-Geral,
Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Excelências,
Senhoras e Senhores,*

Saúdo o Presidente da 79.^a (Septuagésima Nona) Assembleia-Geral, Philemon Yang, pela sua eleição, expressando-lhe votos do maior sucesso.

Expresso especial apreço pelo incansável trabalho do Secretário-Geral, António Guterres. As reformas que tem promovido desde 2017 têm contribuído para a melhoria efetiva do funcionamento das Nações Unidas. Sabe que conta com o pleno apoio de Portugal.

Sendo a primeira vez que me dirijo a esta magna assembleia, não posso deixar de reconhecer o peso da responsabilidade que recai sobre todos nós, representantes dos povos das Nações Unidas.

Faço-o num momento particularmente exigente, marcado pela confluência de múltiplos desafios e crises de natureza global e por crescentes tensões geopolíticas.

Mas faço-o também com **esperança e confiança**.

Esperança porque este é o ano em que se comemoram 50 anos de **liberdade** no meu país.



O povo português, em liberdade, clamou por democracia, paz e desenvolvimento. E assim dobrou o arco da História.

Numa altura em que em muitas partes do mundo autocracias põem em causa a democracia, temos confiança na força da liberdade.

Numa altura em que enfrentamos ameaças à paz, temos confiança na força do multilateralismo e da responsabilidade coletiva.

Numa altura em que se agudizam os desafios em matéria de desenvolvimento, temos confiança no crescimento económico como motor do progresso justo e sustentável.

Senhor Presidente,

Excelências,

Portugal é **defensor intransigente do multilateralismo** como método de cooperação e de organização do sistema internacional.

Por isso apoiamos o **Pacto do Futuro**, adotado no quadro da Cimeira do Futuro, que ilustra a visão e o espírito reformador do Secretário-Geral António Guterres.

Este Pacto reflete renovada fonte de **esperança** no multilateralismo e nos três pilares centrais da ação das Nações Unidas: o **desenvolvimento sustentável**, os **Direitos Humanos** e a **paz e segurança mundiais**.

É com essa **confiança** no multilateralismo que Portugal, com a continuidade e coerência que caracteriza a nossa



política externa, é **candidato a um lugar de membro não-permanente do Conselho de Segurança**, para o biénio 2027-2028.

Guia-nos a vontade de trabalhar para *prevenir* os conflitos, promover um espírito de *parceria*, e *proteger* as pessoas, face às ameaças tradicionais, como o terrorismo, e às ameaças emergentes, como a biossegurança.

Move-nos a determinação de contribuir para uma ordem internacional mais justa, pacífica e inclusiva, fundada no Direito Internacional e assente na Carta das Nações Unidas.

Senhor Presidente

Excelências

Disse o Secretário-Geral, na “Nossa Agenda Comum”, que o **multilateralismo** enfrenta um dilema fundamental: “**avançar ou colapsar**”.

Não hesitamos. Queremos avançar com a **reforma do sistema de governação global** para garantir maior representatividade, transparência, justiça e cooperação.

Esse é o caminho que nos aponta o Pacto do Futuro: **redesenhar a arquitetura financeira internacional**, promovendo um maior alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com o Burundi, lideramos a Quarta Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (FFD4), para garantir que nenhum país tenha de escolher entre combater a pobreza ou salvar o planeta.



Noutra frente, defendemos um processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que o torne mais representativo, ágil e funcional.

A composição está desatualizada e a ausência de representantes de algumas regiões prejudica o funcionamento.

Portugal apoia a Posição Comum Africana e as pretensões do Brasil e da Índia de se tornarem membros permanentes. Os pequenos e médios países, incluindo os pequenos Estados insulares, deverão também ver reforçada a sua representatividade.

No que respeita aos métodos de trabalho, sustentamos a limitação e o maior escrutínio do direito de veto. O direito de veto antes de constituir um poder representa uma responsabilidade. E é assim que deve ser exercido, evitando que uma parte num conflito se constitua simultaneamente como juiz e julgado.

Enquanto a guerra prossegue, com consequências terríveis dentro e fora da Ucrânia, o Conselho de Segurança tem estado em silêncio. Esperamos que agora no Líbano o Conselho de Segurança possa ser eficaz para evitar o aumento da escalada.

Mesmo quando resoluções são aprovadas, frequentemente ficam por cumprir. É imprescindível que, em Gaza e no Sudão, todas as partes façam o que estiver ao seu alcance para assegurar a plena implementação das resoluções adotadas por este Conselho.



Senhor Presidente,

Excelências,

O mundo está hoje globalmente mais próspero, mas as **clivagens socioeconómicas** acentuam-se. Erradicar a pobreza e a fome são os dois primeiros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Mas a **fome crónica** aumenta, afetando uma em cada dez pessoas, a nível global. A **insegurança alimentar aguda** quase triplicou desde 2016.

Neste quadro, saudamos a **Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza**, proposta pela **Presidência Brasileira do G20**.

A esperança de que falamos só pode afirmar-se se formos capazes de responder às necessidades de milhões de pessoas afetadas por conflitos, sem acesso regular a necessidades básicas, como água potável, cuidados de saúde ou educação.

Ucrânia, Gaza, Sudão, Mianmar, o Sahel, ou agora o Líbano, são exemplos de graves violações de direitos humanos e sofrimento de milhões de pessoas forçadas a abandonar as suas casas e as suas famílias.

Também me refiro aos refugiados climáticos. A subida das temperaturas, os incêndios florestais (que recentemente fustigaram de forma trágica o meu país), secas e outros eventos climáticos extremos têm obrigado milhões a deslocar-se.

Ao mesmo tempo, o desrespeito pelos direitos das mulheres e raparigas ou as perseguições por motivos religiosos ou sexuais têm vindo a acentuar-se em vários pontos do planeta.



O contexto de proteção dos Direitos Humanos está fortemente fragilizado e ameaçado.

É nossa responsabilidade coletiva garantir o respeito, a proteção e a realização dos **Direitos Humanos**, bem como o papel central das Nações Unidas nesta matéria.

As novas tecnologias, como a inteligência artificial, constituem uma oportunidade, mas também criam riscos. O Pacto do Futuro aponta o caminho para o equilíbrio virtuoso nesta matéria.

Temos de agir no combate sem tréguas a todas as formas de discriminação e de ódio que minam a coesão das nossas sociedades.

Continuaremos, neste contexto, a defender os direitos da juventude. A Reunião de Alto Nível da Assembleia-Geral sobre Juventude que, **a pedido de Portugal**, aqui se realizará dentro de um ano para assinalar o 30.º aniversário do Programa Mundial de Ação para a Juventude, será uma oportunidade para avançarmos nesta frente. Esta é uma prioridade de Portugal no plano interno e externo.

Senhor Presidente

Excelências

A paz é o objetivo primordial das Nações Unidas. E também aqui temos de dar um sinal de esperança.

A guerra de agressão da Federação Russa contra a **Ucrânia** constitui uma violação flagrante do Direito Internacional, que condenamos de forma veemente.



Os efeitos negativos desta guerra – crise alimentar, energética e inflacionista – ecoam no mundo inteiro, com maior impacto nas regiões mais frágeis.

Não podemos aceitar o precedente da mudança unilateral de fronteiras pela força, em violação da Carta das Nações Unidas.

Estamos também profundamente preocupados com a situação humanitária e a perigosa escalada na região do Médio Oriente. Face aos acontecimentos no Líbano, apelamos à máxima contenção das partes para evitar o aumento da escalada.

Condenamos firmemente os horríveis ataques terroristas perpetrados pelo Hamas a 7 de outubro de 2023 e exigimos a libertação de todos os reféns.

Não nos conformamos com o desastre humanitário e o crescimento do número de vítimas civis em Gaza.

É imperativo cessar incondicionalmente as hostilidades, garantir a entrada de ajuda humanitária e o respeito pelo Direito Internacional Humanitário. É igualmente imperativo retomar negociações com vista à implementação da solução dos 2 Estados– a única que poderá trazer paz e estabilidade à região.

Portugal é contra a expansão de colonatos, o confisco de terras nos Territórios Palestínianos Ocupados, e as ações de colonos que constituem violações do Direito Internacional e obstáculos à paz.

É nosso interesse comum e responsabilidade partilhada zelar pelo estrito respeito do Direito Internacional e do



Direito Humanitário, bem como pelo regular funcionamento do sistema de justiça internacional.

Apesar dos progressos registados em algumas regiões, a comunidade internacional não tem conseguido resolver conflitos que se prolongam por décadas, nem evitar novos focos de tensão.

Temos igualmente de reforçar a aposta na prevenção e na mediação de conflitos, nomeadamente em África.

Saliento a consistente presença portuguesa nas operações de paz das Nações Unidas e nas missões da União Europeia, com forças nacionais destacadas em Moçambique, na Somália, no Sudão do Sul, na República Centro-Africana e no Golfo da Guiné.

Destaco igualmente o contributo da CEDEAO e da União Africana para os esforços de promoção da estabilidade na região. Apenas soluções africanas permitirão dar respostas sustentáveis aos desafios com que o continente se depara.

Portugal apoiou a resolução que permitiu o estabelecimento de contribuições regulares das Nações Unidas para o financiamento das operações de paz da União Africana mandatadas pelo Conselho de Segurança.

Secundamos igualmente as propostas do Secretário-Geral que visam o estabelecimento de contribuições regulares para Fundo para a Consolidação da Paz.



Senhor Presidente,

Excelências,

Portugal é **um país marítimo**: noventa e sete por cento do nosso território é oceano. Compreendemos o **papel vital do oceano** na **economia global** e no combate às **alterações climáticas**.

Apoiamos com determinação a **gestão e governação sustentável dos oceanos** e o desenvolvimento de uma "nova economia azul sustentável", alinhada com a Agenda 2030.

Consideramos a capacitação em assuntos relacionados com o Oceano uma prioridade e desenhámos um programa de bolsas dirigido a países em desenvolvimento, com especial enfoque nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

O Acordo Internacional sobre Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) foi uma vitória do multilateralismo. Continuaremos empenhados na sua entrada em vigor.

Portugal apela ao esforço conjunto para a conclusão de um tratado ambicioso para eliminar a poluição por plásticos, até ao final deste ano.

As **alterações climáticas** são a ameaça existencial do nosso tempo.

Atenta a importância central do nexos Clima-Oceano-Biodiversidade, Portugal apoiou a iniciativa de Vanuatu de



pedido de parecer sobre as obrigações dos Estados relativamente às alterações climáticas.

Saudamos o importante parecer do Tribunal Internacional do Direito do Mar, de maio de 2024, que, em conjunto com o futuro parecer do Tribunal Internacional de Justiça, reforçará o **quadro jurídico sobre as alterações climáticas**.

O Grupo de Estudo da Comissão de Direito Internacional sobre a subida do nível do mar, copresidido por uma portuguesa, tem vindo a desenvolver um trabalho importante neste domínio.

Portugal mantém-se empenhado em investir em energias renováveis e na supressão dos combustíveis de origem fóssil. Queremos incorporar 47% de renováveis no consumo final de energia **até 2030**.

Temos também favorecido a introdução de **mecanismos financeiros** inovadores, incluindo com os **SIDS**. Exemplo disso são os acordos assinados por Portugal com **Cabo Verde** e com **São Tomé e Príncipe** de transformação da dívida em investimento climático, assim apoiando a **transição energética**.

Senhor Presidente,

Excelências,

O sucesso da Agenda 2030 joga-se sobretudo a favor dos grupos em situação de maior vulnerabilidade. **Não podemos deixar ninguém para trás.**



A **transição digital** e as tecnologias emergentes constituem uma renovada oportunidade para facilitar um futuro mais próspero, justo, inclusivo e sustentável. A conectividade é uma pedra basilar.

O caminho parece ser claro: é necessário conceber o desenvolvimento tecnológico através de uma lente centrada no ser humano e baseada no Direito Internacional.

Senhor Presidente,

Excelências,

É com muito orgulho que vos falo em português.

Além de ser o quarto idioma mais falado no mundo como língua materna, unindo hoje mais de 260 milhões de pessoas em todos os continentes, a língua portuguesa é língua oficial e de trabalho em 33 Organizações Internacionais, desde logo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

E é, por isso, legítima a ambição da CPLP de ver a língua portuguesa reconhecida como língua oficial das Nações Unidas. Ainda ontem acertei com o Presidente Lula da Silva do Brasil o nosso empenho e disponibilidade para em conjunto com todos os países de língua portuguesa, concretizar esse objetivo.



Senhor Presidente,

Excelências,

A legitimidade das Nações Unidas, o seu poder de convocação e a sua autoridade normativa global, aliados à sua competência multidisciplinar, são alguns dos seus trunfos singulares, que devem ser potenciados em prol das nossas causas comuns e de uma visão partilhada do futuro.

O caminho que temos pela frente é árduo e incerto, mas o objetivo está traçado. Iremos trilhá-lo com **esperança e confiança**. Nesta trajetória, as Nações Unidas e a comunidade internacional podem contar com Portugal.

Muito obrigado.